**ACTA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA
NO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2010. -----**

Aos Onze dias do mês de Outubro do ano de Dois Mil e Dez, reuniu-se na Sala de Reuniões desta Câmara, o Executivo Camarário, composto pelo Presidente da Câmara Municipal Prof. Humberto da Costa Cerqueira e pelos Senhores Vereadores Prof. Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa; Eng.º Lúcio Manuel Alves Machado; Dr. António Augusto Machado Ferreira Brito e Eng.º Francisco Gomes Ribeiro. -----

PRESENCAS: -----

Encontravam-se presentes nesta reunião a Chefe da DAF, o Secretário do GAP e o Chefe da DJC, que secretariou a presente reunião, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara, proferido ao abrigo do artº 92º nº 2 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

ABERTURA DA REUNIÃO. -----

Pelas Dez horas o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

Justificação da falta do Senhor Vereador Dr. Augusto de Brito. ---

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dado conhecimento que o Senhor Vereador Dr. Augusto de Brito, por motivos pessoais, se encontra impossibilitado de comparecer à presente reunião. -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade justificar a falta do Senhor Vereador Dr. Augusto de Brito. -----

1º - Resumo diário da tesouraria do dia 8 de Outubro de 2010. ----

Presente o resumo diário da tesouraria do dia 8 de Outubro de 2010, que apresenta um saldo orçamental no valor de € 2 888 518.16 e um saldo de operações de tesouraria no valor de € 53 852.63 -----

Apreciado o assunto, foi deliberado tomar conhecimento. -----

2º - Ratificação de decisão – aprovação de Resolução Fundamentada. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“No dia 1 de Outubro de 2010, foi o Município de Mondim de Basto citado da Providência Cautelar que lhe foi intentada pela Junta de Freguesia de Atei, e que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com o nº 391/10.5 BEMDL, onde se peticiona a suspensão do encerramento em 20.09.2010 de todos os estabelecimentos de educação e ensino existentes na freguesia de Atei, (um Jardim de Infância e duas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico). -----

Nos termos do art. 128º, nº 1, do CPTA, “quando seja requerida a suspensão de eficácia de um acto administrativo, a autoridade administrativa, recebido o duplicado do requerimento, não pode iniciar ou prosseguir a execução do acto, salvo se, mediante resolução fundamentada, reconhecer, no prazo de 15 dias, que o diferimento da execução seria gravemente prejudicial para o interesse público”. -----

Por força das disposições combinadas do artº 64º nº 2 al. f) e nº 7 al. d) da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal proferir tal resolução fundamentada; -----

A não emissão naquele dia da resolução fundamentada prevista no art. 128º, nº 1, do CPTA, impedia, que no dia 4 de Outubro e até que fosse proferida sentença, a frequência, pelos 56 alunos residentes em Atei, das aulas leccionadas no Centro Escolar Mondim - Oeste. -----

Nestes termos, ao abrigo do artº 68º nº 3 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, atentas as circunstâncias excepcionais e urgentes, supra descritas, aprovei a resolução fundamentada em anexo. -----

Assim, em cumprimento do ónus que me é imposto, apresento a decisão proferida para ratificação.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por maioria, com dois votos a favor, ratificar a decisão proferida pelo Senhor presidente da Câmara a 1 de Outubro de 2010 que aprovou a resolução fundamentada para suster o efeito suspensivo da Providência Cautelar que foi intentada contra o Município de Mondim de Basto pela Junta de Freguesia de Atei, e que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com o nº 391/10.5 BEMDL. -

Abstiveram-se na presente votação os Senhores Vereadores Eng.º Lúcio Machado e Eng. Francisco Gomes Ribeiro. -----

3º - Ratificação de decisão – Despacho de rejeição de lista de erros e omissões no concurso público “Qualificação dos Espaços Públicos da Vila de Mondim de Basto”. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Como é do Vosso conhecimento está em curso o procedimento de concurso público designado “Qualificação de Espaços Públicos da Vila de Mondim de Basto”. -----

Nos termos dos Códigos dos Contratos Públicos, os concorrentes apresentaram uma lista de erros e omissões do Caderno de Encargos. -----

Consultado o projectista, o mesmo pronunciou-se no sentido da rejeição de tais erros e omissões, tendo entretanto sido suspenso o prazo para a apresentação das propostas. -----

Considerando a necessidade de dar continuidade a este procedimento, cujo prazo deverá respeitar o prazo de execução da obra previsto no caderno de Encargos, por sua vez enquadrado no prazo previsto no contrato de financiamento do QREN, determinei a rejeição de tais erros e omissões, baseado na informação do projectista, tendo havido uma prorrogação automática do prazo para a apresentação das propostas. -----

No entanto, tal competência, nos termos dos artigos 61º nº 5 do CCP, pertence à Câmara Municipal, pelo que proponho a V. Ex^{as} a ratificação do Despacho de rejeição da lista de erros e omissões ao caderno de Encargos, proferido ao abrigo do nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5 – A/ 2002, de 12 de Janeiro, com fundamento nos motivos de urgência supra expostos.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão proferida pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

4º - Ratificação de decisão – “Iniciativas no âmbito da comemoração do Centenário da República”. -----

Pela Senhora Vereadora Prof. Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Como é do Vosso conhecimento, comemorou-se no passado dia 5 de Outubro o Centenário da República, tendo havido por todo o país iniciativa alusivas à efeméride. -----

Visto ser uma data de extrema importância, porque marcou a passagem de um regime Monárquico para a um regime Republicano democrático, não quisemos que Mondim deixasse passar em branco essa data. -----

Inicialmente, previmos apenas articular actividades com o Agrupamento Vertical de Escolas de Mondim de Basto, no entanto não haveria qualquer momento destinado à população não estudantil do concelho, pelo que determinei o contacto e contratação de um espectáculo de fados.

Porém, só após várias tentativas, conseguimos a disponibilidade de agenda de um grupo de Coimbra. Nessa data, já não era possível reunir extraordinariamente o Executivo Municipal, para deliberar sobre tal actividade, sendo que é à Câmara Municipal que está confinada tal competência. -----

O espectáculo do Grupo de fados pertencente à associação Académica de Coimbra foi contratado pelo valor € 650 acrescido do jantar no valor de €

142,65, ou seja, as comemorações do centenário da República custaram à Câmara € 792,65. -----

Assim, proponho a V. Ex^{as} a ratificação do Despacho que determinou a contratação de um grupo de fados para comemorar o centenários da República, proferido ao abrigo do n° 3 do artigo 68° da Lei n° 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n° 5 – A/ 2002, de 12 de Janeiro, com fundamento nos motivos supra expostos.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão proferida pela Senhora Vereadora Prof. Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa. -----

Pelo Senhor Vereador Eng.º Francisco Gomes Ribeiro foi apresentada a seguinte declaração de Voto: “Voto favoravelmente a decisão da comemoração do Centenário da instauração da Republica, enquanto republicano convicto e pela importância que essa data representa para o país. Todavia, e a exemplo de outra chamada de atenção em reunião anterior sobre as constantes ratificações de decisões relativas a iniciativas de cariz cultural, social e recreativo, que passaram a ser regra e não a excepção, começam a ser reveladoras do pouco respeito que o executivo começa a demonstrar por este órgão, ao não apresentar assuntos desta natureza para aprovação e optar sistematicamente pela ratificação.” -----

5º - Aprovação de projecto, programa de procedimento e caderno de encargos da empreitada denominada “”Sistema de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos – Selectividade, Valorização e Reciclagem””.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Tenho na minha posse o Projecto, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos relativos ao Concurso Público designado “Sistema de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos – Selectividade, Valorização e Reciclagem”, decorrente da candidatura apresentada ao QREN no âmbito do

Programa de Acção – Regeneração Urbana do Núcleo Histórico e da Vila de Mondim de Basto. -----

Visto o preço base ser de € 174 280 (Cento e Setenta e Quatro mil e Duzentos e Oitenta Euros), compete à Câmara aprovar o projecto e as respectivas peças do procedimento, bem como deliberar sobre a abertura do procedimento. -----

Assim, ao abrigo do disposto no art. 64º nº 2 al. q) da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, proponho a aprovação do Projecto, Programa do Procedimento e Caderno de Encargos do Concurso Público designado “Sistema de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos – Selectividade, Valorização e Reciclagem”, bem como delibere a abertura do referido procedimento, designando-se para o Júri: Presidente – Prof.º Alcides Emílio Ribeiro Azevedo Amaral; 1º Vogal que substitui o presidente do júri nas suas faltas ou impedimentos – Eng.º Fernando António Alves da Mora Miranda; 2º Vogal Arq.º João José Rodrigues Garrido; 1º Suplente - Dr.ª Susana Patrícia Teixeira da Mota e 2º - Suplente Arq.º Rui Manuel Bastos Ferreira.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

6º - Outros assuntos. -----

• Carrinhas do Mondinense F. C. -----

Pelo Senhor Vereador Eng.º Lúcio Machado foi dito que, na sequência de uma alusão feita na sessão da Assembleia Municipal de que as carrinhas do Mondinense estavam em nome de um dirigente, solicitou esclarecimentos à Direcção do Mondinense F.C., que lhe desmentiu tal facto, pelo que, frisou que as carrinhas do Mondinense F.C., estão em nome desta Associação, e não, como se referiu, em nome de um dirigente. -----

Mais disse que a Câmara se comprometeu a encontrar uma solução de transporte aos miúdos que frequentam os escalões de formação, mas até à

data não está tal transporte a ser executado, o que tem condicionado a manutenção da formação do Mondinense F.C..-----

Em resposta, pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito, quando referiu que as carrinhas estavam em nome de um dirigente, fê-lo porque tal informação lhe foi prestada pela Direcção do Mondinense F.C.. Esclareceu que teve uma reunião com a Direcção do Mondinense F.C., tendo esta solicitado à Câmara Municipal o pagamento das rendas do contrato de aquisição das carrinhas. Nessa reunião, manifestou abertura da Câmara Municipal para viabilizar tal proposta desde que o Mondinense F.C. transferisse a propriedade das carrinhas para a Câmara Municipal, e assim, poderiam por um lado assegurar o transporte dos alunos da formação do Mondinense F.C., e pelo outro, poderiam também ser aproveitadas para assegurar o transporte escolar. Foi perante esta proposta que a Direcção do Mondinense F.C. referiu que tais carrinhas não estavam em nome do Mondinense F.C., e, como tal, não poderiam ser transferidas para a Câmara Municipal. -----

• **Gabinetes para os Vereadores da Oposição.** -----

Pelo Senhor Vereador Eng.º Lúcio Machado foi dito que fazia na presente data um ano que se realizaram as eleições que elegeram o actual executivo. No entanto, embora tenha sido assumido que seriam disponibilizados gabinetes para os Vereadores da Oposição, os mesmos ainda não tinham sido disponibilizados. -----

Em resposta, pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que mantém a intenção de atribuir o gabinete para os Vereadores da oposição. Tal atribuição ainda só não sucedeu pelo facto de na sequência das obras de beneficiação do edifício, o piso de três gabinetes, como se pode verificar no piso inferior, em virtude de uma infiltração de água, levantou, e, estão a ser reparados, pelo que, reafirmou que logo que estejam tais gabinetes prontos, será afecto um gabinete para os Vereadores da Oposição. -----

• **Reorganização dos Serviços.** -----

Pelo Senhor Vereador Eng.º Francisco Gomes Ribeiro foram colocadas três questões, nomeadamente saber se há ou não uma data para se efectuar a reorganização dos serviços; saber qual a obrigatoriedade legal de extinção dos Departamentos Municipais e qual o estatuto remuneratório dos responsáveis pelas subunidades orgânicas e das equipas de projecto. -----

Em resposta, pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que: “resulta do art.º 19 do Dec. Lei nº 305/2009 de 23 de Outubro uma imposição legal de reorganizar os serviços até ao dia 31 de Dezembro de 2010.” Quanto à obrigatoriedade de extinção dos Departamentos Municipais, referiu que: “aquele Decreto-lei não permite a criação de Departamentos Municipais. Ora, se não permite a criação, parece claro que a intenção do legislador foi a de não existirem departamentos municipais nos casos previstos no dito Decreto-lei. É certo que os actuais Directores de Departamento poderiam ser mantidos. Tal possibilidade do legislador tem uma justificação, que é acautelar-se situações que importem o pagamento de elevadas indemnizações, ou seja, quando no momento de reorganização existam directores municipais a iniciar ou cujo *terminus* da comissão de serviço ainda esteja longe do fim, para se evitar a situação de elevadas indemnizações aos titulares dos cargos, pode optar-se pela manutenção dos departamentos existentes. É certo que este entendimento não resulta expressamente da lei, mas é perfeitamente perceptível este espírito. Ora, no caso do Município de Mondim de Basto, as comissões de serviço dos actuais directores de departamento estão a terminar, pelo que, não se verifica a situação que o legislador quis acautelar quando permitiu a manutenção, e assim, por uma questão de redução de custos e melhorar a funcionalidade dos serviços municipais, optou-se por extinguir os departamentos municipais, enquadrando assim, desde já, a orgânica dos serviços municipais no melhor entendimento do espírito da lei.”. Quanto à questão do estatuto remuneratório dos responsáveis pelas subunidades

orgânicas e das equipas de projecto referiu que. “Quanto às subunidades orgânicas são coordenadas por um coordenador técnico, ou seja, pessoal da carreira de assistente técnico, como dispõe o artº 10º nº 5 do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro.” Quanto ao estatuto remuneratório dos responsáveis pelas equipas de projecto, previstas na estrutura orgânica aprovada, referiu que: “O Coordenador destas equipas mantém o vencimento de origem, pelo que, da sua eventual criação pela Câmara Municipal, nunca resultará um aumento de custos.” -----

Mais esclareceu que: “Convém não confundir o estatuto remuneratório dos coordenadores das equipas de projecto, previstas nos artigos 9º nº 3 e artº 11º do citado Decreto Lei, com os Chefes das Equipas Multidisciplinares, previstas no artº 12º do mesmo diploma legal. As equipas de projecto são uma unidade das estruturas hierarquizadas e chefiadas por um coordenador, cujo estatuto remuneratório, em parte alguma do Dec. Lei n.º 305/2009, é equiparado a chefe de divisão ou director de departamento. Por sua vez, as equipas multidisciplinares, são uma unidade das estruturas matriciais, e chefiadas por um chefe de equipa, este sim, por força do artº 12º nº 4 daquele diploma legal, pode ter um estatuto remuneratório equiparado a director de departamento ou chefe de divisão. Fica assim evidente que sendo a estrutura aprovada para Mondim de Basto uma estrutura hierarquizada, não contém, nem poderia conter equipas multidisciplinares, mas tão só equipas de projecto, que se forem instaladas pela Câmara Municipal serão chefiadas por um Coordenador cujo vencimento será o de origem, e assim, da sua eventual instalação, nunca resultará um aumento de custos. É assim mais que evidente que tendo neste momento a Câmara Municipal na sua estrutura, ao nível de cargos dirigentes, dois Directores de Departamento e cinco Chefes de Divisão, passando na nova estrutura apenas para seis Chefes de Divisão, e sendo as subunidades orgânicas coordenadas por coordenadores técnicos da carreira de assistente técnico, antiga carreira de assistente administrativo, e,

mantendo os coordenadores das equipas de projecto, o vencimento de origem, é inquestionável que em momento algum a Câmara Municipal poderá ter na nova estrutura uma despesa com pessoal dirigente igual ou superior que actualmente tem.” -----

Perante as explicações do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vereador Eng.º Francisco Ribeiro apresentou uma declaração com o seguinte teor: -----

“Relativamente ao assunto referido no ponto 4.º Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Mondim de Basto, da acta da reunião de Câmara datada de 13 de Setembro último, e em função da informação que nos foi prestada na dita reunião de forma oral, e mais tarde na Assembleia Municipal de 29 de Setembro, proporcionou o meu voto favorável à proposta apresentada, levando em consideração que o assunto depois de submetido à aprovação da Assembleia Municipal, voltará novamente à Câmara para aprovação das unidades flexíveis a criar e definir as respectivas atribuições. --- Dado a informação prestada pelo executivo camarário nos dois órgãos do município, Câmara e Assembleia Municipal ser em boa parte errónea e sobretudo não completa, feita de uma forma deliberada para tentar passar “gato por lebre ”, procurando esconder as suas verdadeiras razões e motivações, importa assim esclarecer algumas questões: -----

1º - A proposta apresentada continha uma redução das unidades orgânicas, havendo por isso uma contenção de despesa. A informação é incorrecta. Se por um lado se reduzem as unidades orgânicas flexíveis de 7 para 6, pelo outro criam-se 6 subunidades orgânicas e duas equipas de projecto, cujas as respectivas chefias são equiparadas a chefe de divisão, conforme o n.º 2 do art.º 12º do diploma supra mencionado, logo o aumento da despesa é inevitável. -----

2º - A alteração profunda que se pretende da estrutura funcional da Câmara, suprimindo por um lado e criando pelo outro unidades orgânicas sem levar

minimamente em consideração a existente, configura claramente um desrespeito por funcionários e pelo seu desempenho que ao longo dos anos dedicaram ao município. No caso desta proposta vir a ser concretizada, facilmente será de prever a mudança de cadeiras, alguns ajustes de contas, e sobretudo umas tantas promoções para pagamento de favores políticos, sem olhar a competências e desempenhos passados, mas sim à lealdade política. Podendo original um ambiente de desconfiança e desconforto entre funcionários, que inevitavelmente terá repercussão no seu desempenho, de resto, já são vários os testemunhos que a serem verdade, vão no sentido da coacção e da prepotência do executivo. -----

3º A proposta de reorganização não pretende tornar a Câmara mais funcional, procurando assim melhorar a qualidade de serviço ao munícipe. Porque se fosse esse o seu objectivo não incorria em tanto “pecados”, nem era apresentada sobre falsas justificações. Pretende sim, moldar a organização camarária aos desígnios do executivo e do Partido Socialista para se manter no poder. -----

Dito isto, não me encontro disponível para viabilizar no presente e no futuro qualquer reorganização dos serviços camarários com base nestes pressupostos.” -----

• **Informação à Câmara Municipal – Endividamento em 2008.** -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dado conhecimento de que na sequência de a Câmara Municipal, no ano de 2008, ter aumentado em € 3 079 961.10 o endividamento líquido, quando o deveria ter diminuído, por despacho conjunto do Ministério das Finanças e da Secretaria de Estado da Administração Local, de 7 de Outubro de 2010, foi determinada a redução de 10% do FEF, em duodécimos até perfazer aquele valor, e assim, vai ficar o Município privado de uma percentagem muito relevante nas transferências do orçamento de Estado. -----

Diante desta informação, pelo Senhor Vereador Eng.º Lúcio Machado, foi dito que consta do despacho que a Câmara foi notificada na intenção de retenção, mas que não respondeu. -----

Em resposta, pelo Senhor Presidente foi solicitada a participação da Chefe da DAF, que esclareceu que a Câmara respondeu, no entanto, porque não foi invocado qualquer endividamento excepcionado, não foi a resposta considerada. -----

• **Proposta do Senhor Vereador Eng.º Francisco Gomes Ribeiro.** -----

Na sequência da proposta apresentada pelo Senhor Vereador Eng.º Francisco Gomes Ribeiro, relativa à afectação à Freguesia de Ermelo das verbas provenientes das eólicas, foi dito que a mesma foi remetida para a reunião de preparação do Orçamento Municipal. -----

Em resposta, pelo Senhor Vereador Eng.º Francisco Gomes Ribeiro, foi dito que em função do despacho que foi dado, que remete a proposta para a reunião de preparação do Orçamento, perguntou se vai haver mais que uma reunião para aprovação do Orçamento? -----

Em resposta, pelo Senhor Presidente da Câmara foi lido o despacho proferido: “Remeta-se às reuniões prévias para elaboração do Orçamento” e entregue ao Senhor Vereador Eng.º Francisco Gomes Ribeiro uma cópia da proposta apresentada com o despacho proferido. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a presente reunião às Onze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e por estar conforme foi aprovada por unanimidade e vai assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Vereadores e por mim secretário para valer como tal. -----